



# RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2011

[www.europ-assistance.com](http://www.europ-assistance.com)



*I progress,  
you are there*



*I wander, you shelter*



*I travel, you follow*



*I move,  
you protect*

 **europ  
assistance**  
*you live we care*

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex<sup>as</sup> o Relatório de Gestão e as Contas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2011.

### 1- ENVOLVENTE EXTERNA

O ano de 2011 ficou marcado pelo pedido de assistência financeira que o Estado português solicitou junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia e que deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira, em que o Governo de Portugal se comprometeu a adoptar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. O PIB terá decrescido 1,6% (crescimento de 1,5% na zona euro), fruto de uma queda generalizada das componentes da procura interna. A taxa de inflação atingiu os 3,6%, fortemente condicionada por medidas de política orçamental, nomeadamente o aumento da taxa do IVA em dois pontos percentuais.

A actividade seguradora, nos Ramos Não Vida, apresentou um ligeiro decréscimo da produção de seguro directo, na ordem de 1,2%, sendo que no Ramo Automóvel, aquele que tem um maior impacto directo na actividade da Europ Assistance, se verificou um decréscimo de 0,7%.

O mercado automóvel em Portugal apresentou uma queda acentuada em 2011, que se cifrou em 30%, consequência da difícil conjuntura económica que o país atravessa, regredindo a níveis de dimensão do mercado abaixo das 200.000 unidades, o que não se verificava desde 1987.

## 2- SÍNTESE DA ACTIVIDADE

A Europ Assistance registou em 2011 mais um ano de assinalável crescimento, alcançando 53,1 milhões de euros de prémios brutos emitidos, mais 28% que o registado no exercício anterior, conquistando pela primeira vez na sua história a liderança do mercado de assistência em Portugal. Este marco tornou-se possível com a entrada de duas importantes carteiras de seguradoras, fruto da qualidade do trabalho e da estratégia comercial que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos anos.

No entanto, este crescimento deu-se fundamentalmente no segmento de assistência automóvel, no qual a pressão sobre as margens é mais intensa. A estratégia de diversificação de produtos para linhas de negócio com rentabilidades mais atractivas, como a saúde e lar & família, apesar de registar progressos, tem-se mostrado de difícil implementação, consequência da conjuntura económica adversa que condiciona a aceitação de novos produtos por parte dos potenciais clientes.

Verificou-se um novo agravamento do rácio de sinistralidade que, de 78,8% em 2010, passou para 81,9% em 2011. Foram abertos cerca de 935 mil processos de assistência (crescimento de 12%), dos quais cerca de 440 mil com custo externo associado (crescimento de 20%). A nossa central de atendimento telefónico recebeu perto de 2,2 milhões de chamadas.

Depois do aumento de 1% ocorrido no 2º semestre de 2010, a taxa do IVA voltou a sofrer novo aumento de 2% em 1 de Janeiro de 2011 com forte impacto na estrutura de custos e consequente pressão sobre as margens.

Os mercados financeiros viveram um ano de grande volatilidade, marcado por significativas quedas nos mercados accionistas e grande incerteza nos mercados de dívida. Esta conjuntura reflectiu-se, inevitavelmente, no resultado financeiro que registou um significativo decréscimo face a 2010.

A política de investimentos adoptada pela Europ Assistance em 2011 caracterizou-se por grande conservadorismo, privilegiando a aquisição de activos de baixo risco. A exposição a acções esteve ao longo do ano sempre abaixo dos 10% e apresentava um valor residual, próximo de 0%, no final do ano. A posição em títulos de dívida pública e equiparados é de 46% da carteira total, com predominância de dívida alemã (cerca de 19%) e dos quais apenas 3,7% em dívida portuguesa. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating “A” e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, no caso apenas dólares americanos, de 8%. O peso total de aplicações em entidades portuguesas representava, no final do ano, cerca de 12% da carteira de investimentos.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	3.649.750	4.649.750
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	855.998	-
Activos disponíveis para venda	23.374.694	23.245.047
Empréstimos e contas a receber	<u>2.625.906</u>	<u>1.419.157</u>
	<u><u>30.506.348</u></u>	<u><u>29.313.954</u></u>

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile. O decréscimo de 1 milhão de euros verificado nesta rubrica resulta do reembolso parcial do empréstimo efectuado à subsidiária Ponte Alta em 2009 no valor de 5 milhões de euros e cujo saldo é actualmente de 3 milhões de euros.

Os activos disponíveis para venda apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Acções		
. Cotadas	15.004	2.564.970
. Não cotadas		-
Obrigações		
. Cotadas	22.527.891	19.462.668
. Não cotadas	-	-
Unidades de participação		
. Cotadas	-	458.337
. Não cotadas	831.799	759.072
	<u>23.374.694</u>	<u>23.245.047</u>

O quadro de colaboradores foi reforçado ao longo do ano de forma a acompanhar o aumento da actividade da empresa, os níveis de qualidade cada vez mais exigentes requeridos pelos clientes e a maior complexidade dos novos produtos de assistência. Registou-se um crescimento de 45% no número médio de trabalhadores (311 em 2011 e 215 em 2010).

Apesar da pressão sobre as margens, do aumento do IVA e do fraco resultado financeiro, o aumento de produção conjugado com um rigoroso controlo dos custos internos de estrutura permitiu um crescimento do resultado líquido, que se cifrou em 1.715 milhares de euros.

### 3- PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E FACTOS RELEVANTES

O facto de maior relevância na actividade da Europ Assistance em 2011 foi ter ultrapassado a fasquia dos 50 milhões de euros de prémios brutos emitidos, obtendo assim pela primeira vez a liderança do mercado de assistência em Portugal. O Conselho de Administração felicita todos os

colaboradores que, com o seu profissionalismo e dedicação, deram um contributo decisivo para que esta proeza se tornasse possível.

A nível internacional é de realçar a excelente performance da empresa Brasileira, que prosseguiu a sua dinâmica de crescimento e encerrou o ano com um volume de negócios de cerca de R\$ 360 milhões (€ 154 milhões) – 10% acima do ano anterior - e um resultado líquido de R\$ 14,7 milhões (€ 6,3 milhões) – 30% superior a 2010.

A empresa Argentina reforçou a sua quota de mercado, captando novos clientes que abrem excelentes perspectivas futuras de negócio apesar do ambiente de dificuldades económico-financeiras provocadas pelas altas taxas de inflação registadas.

Quanto à associada Chilena, foi concluído o processo de reestruturação iniciado no segundo semestre de 2010 sob a liderança de um novo director geral e espera-se que os prejuízos apresentados sejam revertidos já em 2012.

#### **4- PERSPECTIVAS PARA 2012**

A evolução da economia portuguesa em 2012 será marcada pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira. Este processo deverá implicar uma forte contracção da procura interna, acentuando o clima recessivo com previsível queda do PIB para um nível superior a -3%. As condições de financiamento da economia portuguesa deverão manter-se muito restritivas ao longo do horizonte de projecção, sendo marcadas pelo processo de desalavancagem gradual e ordenado do sector bancário e pela redução dos níveis de endividamento das famílias e empresas.

O ambiente concorrencial no mercado de assistência mantém-se bastante agressivo, com vários operadores muito activos no mercado, especialmente focados no preço oferecido aos clientes, provocando, assim, uma acrescida pressão sobre as margens, em especial no segmento automóvel.

Com a difícil conjuntura económica prevista para 2012, a Administração da Europ Assistance prevê para a empresa um exercício de consolidação da sua actividade, sem as elevadas taxas de crescimento observadas nos anos anteriores, mas não deixando de estar atenta a oportunidades comerciais que possam surgir. Será um ano para otimizar recursos, com rigoroso controlo dos custos operacionais e internos, promovendo iniciativas que levem a ganhos de produtividade, com forte aposta na componente de inovação, procurando desta forma melhorar a taxa de rentabilidade.

Nos termos e para efeitos do D.L. nº 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

De destacar a entrada em vigor de um novo Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011 mas apenas publicado já em Janeiro de 2012. O efeito nas demonstrações financeiras aplicável a 2011 resulta da alteração respeitante ao fundo de pensões (de benefício definido, cobrindo trabalhadores contratados até 1995, para um sistema de contribuição definida abrangendo toda a população com contrato sem termo), que de acordo com as normas contabilísticas vigentes, determina a transferência do saldo da rubrica “Outras reservas” (devedor em € 401.117,43) para “Resultados transitados”. Este facto condiciona a distribuição de dividendos proposta.

Tendo em conta o referido no parágrafo anterior, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas a seguinte aplicação do resultado líquido de € 1.715.208,76:

• Reserva Legal	€ 171.520,88
• Dividendos	€ 1.100.000,00
• Resultados Transitados	€ 443.687,88

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2012

**O Conselho de Administração:**

**Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha**

**Martin Vial**

**José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva**

**Manrico Iachia**

**Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga**

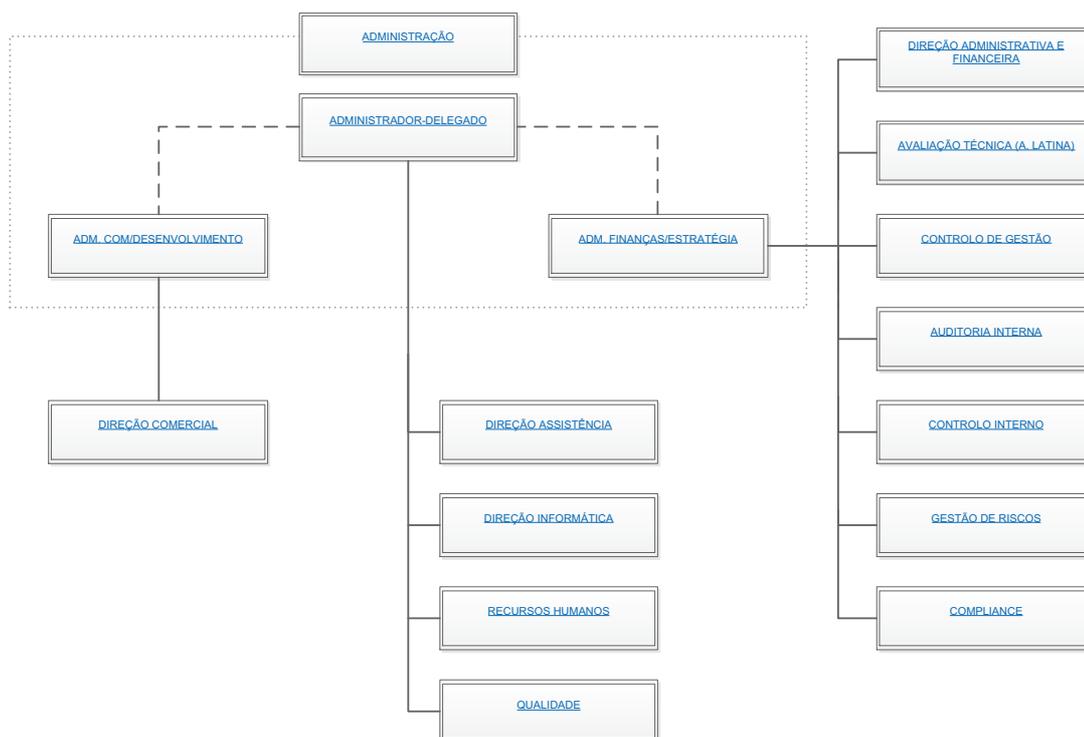
**João Carlos Nunes Ferverença da Silva**

**Odile Collignon**

## RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adoptada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino e compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto actualmente por 7 membros, dos quais 3 são Administradores Executivos e nenhum é Administrador Independente, sendo eleito por períodos de 4 anos e apresentando a seguinte organização:



O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por períodos de 4 anos, sendo o Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente, todos independentes.

## **POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

### I – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

#### A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

##### 1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e actividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.
- Incentivar a criação de valor para os accionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

##### 2 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

###### 2.1. Valor fixo

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

## 2.2. Retribuição variável (anual)

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objectivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objectivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador-Delegado, e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registre um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objectivos estratégicos estabelecidos pelos accionistas.
- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objectivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objectivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
- A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objectivos estabelecidos.
- A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador-Delegado: pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador-Delegado, com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração.

### **2.3. Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento**

Não se encontra estabelecido qualquer plano.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua actividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos accionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

### **2.4. Benefícios**

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de Saúde, seguro de Vida, seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Pensões.

#### **B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar.

#### **C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO**

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de o Administrador poder retomar o posto de trabalho anterior.

## II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efectivos (Presidente e dois vogais) e um suplente. A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respectivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2012

### **O Conselho de Administração:**

**Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha**

**Martin Vial**

**José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva**

**Manrico Iachia**

**Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga**

**João Carlos Nunes Ferverença da Silva**

**Odile Collignon**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ACTIVO	2011			2010
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
2 e 17	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.547.165	-	4.547.165	2.029.301
2 e 18	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.649.750	-	3.649.750	4.649.750
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
2, 3 e 19	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	855.998	-	855.998	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
2, 3 e 20	Activos disponíveis para venda	23.374.694	-	23.374.694	23.245.047
2 e 21	<b>Empréstimos e contas a receber</b>	<b>2.625.906</b>	<b>-</b>	<b>2.625.906</b>	<b>1.419.157</b>
	Depósitos junto de empresas cedentes	2.625.906	-	2.625.906	1.419.157
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	<b>Terrenos e edifícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
2 e 22	Outros activos tangíveis	4.581.418	3.562.746	1.018.672	1.316.291
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
2 e 23	Outros activos intangíveis	1.266.279	1.140.195	126.085	217.971
2, 3 e 24	<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	<b>690.996</b>	<b>-</b>	<b>690.996</b>	<b>957.195</b>
	Provisão para prémios não adquiridos	615.352	-	615.352	917.093
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	75.644	-	75.644	40.102
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
2, 15, 25 e 30	<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>	<b>7.742.162</b>	<b>206.484</b>	<b>7.535.678</b>	<b>5.834.016</b>
	Contas a receber por operações de seguro directo	1.418.815	196.433	1.222.382	1.534.172
	Contas a receber por outras operações de resseguro	4.991.146	-	4.991.146	3.973.401
	Contas a receber por outras operações	1.332.200	10.051	1.322.150	326.443
2, 3 e 26	<b>Activos por impostos</b>	<b>494.963</b>	<b>-</b>	<b>494.963</b>	<b>208.689</b>
	Activos por impostos correntes	12.212	-	12.212	-
	Activos por impostos diferidos	482.751	-	482.751	208.689
2 e 27	Acréscimos e diferimentos	160.295	-	160.295	207.089
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>49.989.626</b>	<b>4.909.425</b>	<b>45.080.201</b>	<b>40.084.508</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2011	2010
	<b>PASSIVO</b>		
2, 3, 7 e 24	<b>Provisões técnicas</b>	<b>25.636.619</b>	<b>22.906.797</b>
	Provisão para prémios não adquiridos	18.701.049	16.667.268
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	<b>6.634.366</b>	<b>5.677.448</b>
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	6.634.366	5.677.448
	Provisão para participação nos resultados	301.204	562.081
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	<b>Outros passivos financeiros</b>		
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
2 e 29	<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>	<b>2.721.924</b>	<b>906.440</b>
	Contas a pagar por operações de seguro directo	28.372	58.885
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	11.412	33.580
	Contas a pagar por outras operações	2.682.140	813.975
2, 3 e 26	<b>Passivos por impostos</b>	<b>1.426.847</b>	<b>814.165</b>
	Passivos por impostos correntes	1.388.799	814.165
	Passivos por impostos diferidos	38.048	-
2 e 27	Acréscimos e diferimentos	2.955.038	1.959.473
2 e 30	Outras Provisões	238.243	211.930
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>32.978.671</b>	<b>26.798.805</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
2, 31 e 34	Capital	7.500.000	7.500.000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	4.500.000
2 e 31	<b>Reservas de reavaliação</b>	<b>(323.876)</b>	<b>(308.198)</b>
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(323.876)	(308.198)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
2 e 31	Reserva por impostos diferidos	85.827	194.616
2 e 31	Outras reservas	496.220	(77.515)
2, 9 e 31	Resultados transitados	(371.850)	1.481
	Resultado do exercício	1.715.209	1.475.318
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>12.101.530</b>	<b>13.285.703</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>45.080.201</b>	<b>40.084.508</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2011			2010
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>50.336.790</b>		<b>50.336.790</b>	<b>39.006.769</b>
2,3,4 e 5	Prémios brutos emitidos	53.144.278		53.144.278	41.543.231
2,4 e 5	Prémios de resseguro cedido	(2.974)		(2.974)	(487.296)
2,3,5 e 24	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(2.502.773)		(2.502.773)	(2.166.347)
2,3,5 e 24	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(301.741)		(301.741)	117.181
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
	<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>(41.221.114)</b>		<b>(41.221.114)</b>	<b>(30.807.810)</b>
2,4 e 6	Montantes pagos	<b>(40.299.738)</b>		<b>(40.299.738)</b>	<b>(31.983.012)</b>
	Montantes brutos	(40.505.305)		(40.505.305)	(32.183.040)
	Parte dos resseguradores	205.567		205.567	200.028
2,3,4 e 24	Provisão para sinistros (variação)	<b>(921.376)</b>		<b>(921.376)</b>	<b>1.175.202</b>
	Montante bruto	(956.918)		(956.918)	1.162.960
	Parte dos resseguradores	35.542		35.542	12.242
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-		-	-
	<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>				
	Montante bruto	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
2,7 e 24	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(274.247)		(274.247)	(397.134)
2,3,4,8 e 9	<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>(8.457.651)</b>		<b>(8.457.651)</b>	<b>(6.663.015)</b>
	Custos de aquisição	(4.112.249)		(4.112.249)	(3.063.480)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	468.992		468.992	209.725
	Gastos administrativos	(4.814.394)		(4.814.394)	(3.809.259)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-		-	-
2,4 e 10	<b>Rendimentos</b>	<b>745.939</b>	<b>136.205</b>	<b>882.144</b>	<b>1.060.052</b>
	De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	669.532	41.300	710.832	815.297
	De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	76.407	94.905	171.312	244.755
2,4 e 11	<b>Gastos financeiros</b>	<b>(142.908)</b>		<b>(142.908)</b>	<b>(47.761)</b>
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(142.908)	-	(142.908)	(47.761)
2,4 e 12	<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>	<b>(307.546)</b>		<b>(307.546)</b>	<b>261.528</b>
	De activos disponíveis para venda	(307.546)	-	(307.546)	261.528
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
2,4 e 13	<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>	<b>36.737</b>	<b>14.268</b>	<b>51.005</b>	<b>2.399</b>
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	14.268	14.268	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	36.737	-	36.737	2.399
2 e 14	Diferenças de câmbio	106.841	-	106.841	(21.162)
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>Perdas de imparidade (líquidas reversão)</b>				
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-
2 e 15	Outras provisões (variação)	47.771	(20.964)	26.807	(25.997)
2 e 16	Outros rendimentos/gastos	-	1.460.923	1.460.923	(7.061)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>870.611</b>	<b>1.590.432</b>	<b>2.461.043</b>	<b>2.360.808</b>
2,3 e 26	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(549.702)	(396.315)	(946.017)	(649.027)
2,3 e 26	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	200.182	-	200.182	(236.463)
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>521.092</b>	<b>1.194.117</b>	<b>1.715.209</b>	<b>1.475.318</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIÁÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação			Reserva por impostos diferidos		Outras reservas		Resultados transferidos	Resultado do exercício	TOTAL
		Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas				
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2010 (balanco de abertura)</b>	7.500.000	4.500.000	-	(308.198)	194.616	348.688	1.481	1.475.318	13.285.703				
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	<b>Balanco de abertura alterado</b>	7.500.000	4.500.000	-	(308.198)	194.616	348.688	1.481	1.475.318	13.285.703				
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	147.532	27.787	(175.319)	-	-	-	-	-
31	<b>Resultado liquido do periodo (2)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Outro rendimento integral do periodo, liquido de imposto (3)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 12	Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(15.678)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.678)
	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos liquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 14	Ganhos liquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 9	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(108.789)	(108.789)	(108.789)	(119.535)	(401.117)	-	-	(119.535)
	<b>Total de rendimento integral do periodo, liquido de imposto (4) = (2)+ (3)</b>	-	-	-	(15.678)	-	426.203	(401.117)	1.715.209	1.615.827				
	<b>Operações com detentores de capital (5)</b>	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)
	Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.300.000)	(1.300.000)
	Distribuição de lucros/prejuizos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)</b>	-	(1.500.000)	-	(15.678)	(108.789)	147.532	(373.330)	239.890	(1.184.173)				
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2011</b>	7.500.000	3.000.000	-	(323.876)	85.827	496.220	(371.850)	1.715.208	12.101.530				

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação		Outras reservas		Resultado do exercício	TOTAL
		Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas		
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2009 (balanco de abertura)</b>	7.500.000	4.500.000	-	490.672	(233.864)	160.607	391.835	1.880.805	14.643.812
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	<b>Balanco de abertura alterado</b>	7.500.000	4.500.000	-	490.672	(233.864)	160.607	391.835	1.880.805	14.643.812
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	188.081	-	(235.805)	-
31	<b>Resultado líquido do período (2)</b>	-	-	-	-	-	-	-	47.725	-
	<b>Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 12	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(798.870)	-	-	-	-	(798.870)
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 14	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 9	<b>Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio</b>	-	-	-	-	-	-	(818.038)	-	(818.038)
	<b>Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)</b>	-	-	-	(798.870)	428.481	428.481	(818.038)	-	428.481
	<b>Operações com detentores de capital (5)</b>	-	-	-	-	-	-	(818.038)	-	(818.038)
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(1.645.000)	(1.645.000)
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	<b>Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)</b>	-	-	-	(798.870)	428.481	188.081	(818.038)	47.725	(1.358.109)
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2010</b>	7.500.000	4.500.000	-	(308.198)	194.616	348.688	(426.203)	1.481	13.285.703

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	2011	2010
	Resultado líquido do exercício	1.715.209	1.475.318
	Outro rendimento integral do exercício	(15.678)	(798.870)
2, 3 e 20	Activos disponíveis para venda	(15.678)	(798.870)
	Ganhos e perdas líquidos	(15.678)	(798.870)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	-	-
	Imparidade	-	-
	Alienação	-	-
2, 3 e 26	Impostos	35.831	428.481
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-
2, 3 e 9	Benefícios pós-emprego	(119.535)	(818.038)
	<b>TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>1.615.827</b>	<b>286.891</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em Euros)

MÉTODO DIRECTO	2011	2010
<b>Actividade Operacional</b>		
Prémios de seguro directo recebidos	5.770.788	5.475.588
Prémios de resseguro aceite recebidos	46.860.021	35.882.649
Prémios de resseguro cedido pagos	(36.554)	(469.231)
Participação nos resultados paga	(535.125)	(48.992)
Sinistros de seguro directo pagos	(30.543.371)	(25.474.542)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	205.567	200.028
Recebimentos de contrato de investimento	-	-
Comissões por intermediação de seguros	-	-
Pagamentos ao pessoal	(9.569.726)	(7.624.467)
Pagamentos a fornecedores	(5.243.554)	(6.176.033)
Outros fluxos de caixa operacionais	(266.267)	( 573.130)
Dividendos recebidos	76.407	62.497
Juros recebidos	623.061	704.855
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	(157.257)	263.927
Aquisição de investimentos		
Títulos de rendimento variável	2.919.899	650.711
Títulos de rendimento fixo	(5.171.395)	(598.365)
Instrumentos financeiros derivados	-	-
Propriedades de investimentos	-	-
Juros pagos	-	-
Impostos sobre o rendimento pagos	(456.995)	(351.004)
<b>Fluxos das Actividades Operacionais</b>	<b>4.475.497</b>	<b>1.924.490</b>
<b>Actividades Investimento</b>		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Alienação de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	94.905	244.755
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(252.670)	(616.209)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	-	39.000
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	-
Empréstimos pagos por partes relacionadas	1.000.000	1.000.000
<b>Fluxos das Actividades de Investimento</b>	<b>842.235</b>	<b>667.546</b>
<b>Actividades Financiamento</b>		
Reembolso de prestações suplementares	(1.500.000)	-
Recebimento de empréstimos subordinados	-	-
Pagamento de empréstimos subordinados	-	-
Recebimentos de empréstimos concedidos	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Pagamentos de contratos de locação financeira	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(1.300.000)	(1.644.990)
Dividendos pagos a interesses minoritários	-	-
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>(2.800.000)</b>	<b>( 1.644.990)</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes</b>	<b>2.517.732</b>	<b>947.045</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes no início</b>	<b>2.029.433</b>	<b>1.082.388</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim</b>	<b>4.547.165</b>	<b>2.029.433</b>
<b>Variação no exercício</b>	<b>2.517.732</b>	<b>947.045</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência"; "Acidentes pessoais"; "Doença"; "Responsabilidade Civil Geral"; "Mercadorias transportadas"; "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Fevereiro de 2012.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### Bases de apresentação

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos de acordo com os princípios definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, publicados no Diário da República n.º 127/94, IIº Suplemento, 3ª Série, de 1 de Junho de 1994, e com base na Norma n.º 14/95-R e outras normas específicas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, actualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou na preparação das demonstrações financeiras e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória que tiveram início a 1 de Janeiro de 2011. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das respectivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

### **Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU), ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011:

- IAS 32 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 24 (alteração) 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente, a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 14 (alteração) 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 19 (alteração) 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício,

tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Companhia.

**Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011**

O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adoptadas pela Companhia, quando aplicáveis.

IFRS 1, 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta melhoria clarifica que:

a) Uma entidade que adopte as IFRS pela primeira vez, e que altere as suas políticas contabilísticas ou a utilização das isenções previstas pela IFRS 1 após a publicação de demonstrações financeiras intercalares deve justificar essas alterações e incluir os respectivos impactos na reconciliação dos saldos iniciais, nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS;

b) A isenção de utilizar o "custo considerado" resultante de uma revalorização efectuada no âmbito de eventos como uma privatização, ocorrido à data ou antes da data da transição para as IFRS é alargada às revalorizações que ocorrem durante o primeiro período das demonstrações financeiras reportado em IFRS;

c) As Entidades sujeitas a regulação podem utilizar os valores contabilísticos dos activos tangíveis e activos intangíveis conforme registados no âmbito do normativo anterior, como "custo considerado", item a item. Na data da transição, as Entidades que utilizam esta isenção são obrigadas a testar cada activo para imparidade conforme previsto na IAS 36 – 'Imparidade de activos'.

IFRS 3, 'Concentrações de actividades empresariais' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria clarifica que:

a) Pagamentos contingentes resultantes de uma concentração de actividades empresariais ocorridas em data anterior à adopção da IFRS 3 Revista (2008), devem ser contabilizados de acordo com os requisitos da versão anterior da IFRS 3 (2004);

b) A opção de mensurar os interesses não controlados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o activo líquido da entidade adquirida aplica-se apenas a instrumentos que representem efectiva "propriedade" na entidade e que dão direito a uma proporção nos activos líquidos, em caso de liquidação. Todas as outras componentes dos interesses não controlados são mensuradas ao justo valor excepto se outra base de mensuração seja exigida pelas IFRS;

c) Os requisitos da IFRS 3 aplicam-se a todas as transacções de pagamentos baseado em acções que são parte de uma concentração de actividades empresariais, incluindo os planos de pagamentos baseados em acções não alterados ou alterados voluntariamente.

IFRS 7, 'Instrumentos financeiros: divulgações' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria refere a necessidade de conjugar as divulgações quantitativas e qualitativas, bem como a natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros registados nas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.

IAS 1, 'Apresentação das demonstrações financeiras' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). O IASB clarifica que uma entidade pode apresentar a reconciliação das alterações de cada componente do capital próprio na demonstração das alterações ao capital próprio ou nas notas às demonstrações financeiras.

IAS 27, ' Demonstrações financeiras separadas e consolidadas' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria clarifica que as alterações efectuadas à IAS 21, IAS 28 e IAS 31 resultantes da revisão efectuada à IAS 27, devem ser aplicadas prospectivamente.

IAS 34, 'Relato financeiro intercalar' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Maior ênfase nos requisitos de divulgação da IAS 34 relativamente a eventos e transacções, incluindo alterações à mensuração ao justo valor, e à necessidade de actualizar informação relevante relativa ao último relatório anual.

IFRIC 13 – 'Programas de fidelização de clientes' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta melhoria clarifica que quando o justo valor dos "créditos de prémios" é mensurado com base no justo valor dos "prémios" pelos quais podem ser trocados, o justo valor dos "créditos de prémios" deve ter em consideração o impacto da estimativa dos créditos que irão expirar assim como o justo valor dos descontos ou incentivos que teriam de ser oferecidos aos clientes a quem não foram atribuídos "créditos de prémio" numa venda inicial.

**Novas normas e alterações a normas existentes que, apesar de já estarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior**

- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 7 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 12 (alteração), "Impostos sobre o rendimento" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mesure os impostos diferidos relacionados com activos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do activo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 1 (alteração), "Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos.
- IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados.
- IFRS 10 (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado.
- IFRS 11 (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida.
- IFRS 12 (novo) – 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efectuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28.
- IFRS 13 (novo) – 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS.
- IAS 27 (revisão 2011) 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

• IAS 28 (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial.

• IAS 19 (revisão 2011), "Benefícios aos empregados" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais" (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro.

### **Políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

#### **a) Reporte por segmentos**

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

#### **b) Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

#### **c) Outros activos tangíveis**

Os outros activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **d) Outros activos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados enquanto estiverem directamente afectos aos projectos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

#### **e) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**

São classificadas como filiais todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao custo de aquisição, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

## f) Activos financeiros

### i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os activos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda: são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Activos financeiros a deter até à maturidade: activos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;
- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro aceite e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

### ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

### iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

### iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os activos financeiros de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ou para activos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos activos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Activos financeiros a deter até á maturidade" são também permitidas.

### v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 6 meses) ou uma desvalorização de 50% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o

custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a acções ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de “default” do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

- Outros activos financeiros - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ISP, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com excepção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobralidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

#### **g) Outros activos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)**

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **i) Capital social**

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

#### **j) Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

#### **k) Contratos de seguro**

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia a aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afectar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Directo e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver nota 8).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de

intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de Dezembro de 2011, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 8% dos prémios não adquiridos (2010: 7%).

- **Provisão para sinistros**

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em gestão no final do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de Dezembro de 2011 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2011 (2010: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2010). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite (2010: 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflecte a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

## I) Resseguro

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro (ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos activos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

#### **m) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

#### **n) Benefícios concedidos aos empregados**

##### **i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)**

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data da entrada em vigor do CCT, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma. A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no activo, é assegurada por um plano de benefício definido para os empregados admitidos até 22 de Junho de 1995, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição e ainda um plano de contribuição definida para os restantes trabalhadores.

A Companhia subscreveu em 2007 um plano de contribuição definida para os colaboradores não incluídos no plano de benefício definido mencionado no parágrafo anterior.

Ambos são financiados por fundos de pensões Multireforma do Espírito Santo Fundo de Pensões.

No dia 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato colectivo de trabalho (novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional. Este novo CCT foi posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012.

Este novo CCT veio, entre outros aspectos, alterar o plano de benefícios de reforma do anterior CCT, passando o mesmo para um plano de contribuição definida e aplicável a todos os trabalhadores no activo. De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”. Face ao exposto, o plano de benefícios definidos será liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 será transferido para um plano individual de reforma, em formato ainda por definir.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em rubrica específica do capital próprio, em conformidade com o método do "SORIE". Face ao exposto anteriormente, com a entrada em vigor do novo CCT, a Companhia transferiu o saldo a 31 de Dezembro de 2011 das perdas actuariais acumuladas reconhecidas na rubrica de “Outras reservas” para a rubrica de “Resultados transitados”, no montante de 401.117 euros.

#### **ii) Benefícios de saúde**

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo.

#### **iii) Bónus de desempenho**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

---

#### **iv) Estimativa para férias e subsídio de férias**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

#### **o) Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

#### **p) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

#### **q) Locações**

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

### 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e as suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros factores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 24.

#### **b) Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 9.

#### **c) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 20.

#### **d) Imposto sobre lucros**

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### e) Prémios brutos emitidos

Os prémios de seguro directo e resseguro aceite do último mês do ano (Dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de Dezembro de 2011 ascendeu a 4.622 milhares de euros (mês de Dezembro de 2010: 3.042 milhares de euros)

#### 4. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos. A Companhia considera como área de negócio o território nacional, pelo que todos os contratos são celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2011 e 2010, os prémios brutos emitidos ascenderam a 53.144.278 euros e 41.543.231 euros, respectivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

O relato por segmentos de 2011 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	24.109	21.118	317	2.734	19.511
Responsabilidade civil geral	1.694	1.156	-	151	1.729
Protecção jurídica	1.142.652	1.226.215	808.235	176.227	-
Assistência	51.092.370	49.087.598	40.399.082	8.266.634	9.473
Perdas pecuniárias diversas	883.453	305.417	254.590	11.905	32.893
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>53.144.278</b>	<b>50.641.505</b>	<b>41.462.223</b>	<b>8.457.651</b>	<b>63.606</b>

O resultado de resseguro é em 2011 um ganho para a Companhia.



## 5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios brutos de resseguro aceite tiveram um aumento de cerca de 37% (2010: 25%) devido à entrada de duas carteiras. O decréscimo do resseguro cedido deve-se ao cancelamento do contrato com a resseguradora EAHIB.

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

Ramo técnico	2011			Total
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Acidentes e doença	24.109	-	(19.511)	4.598
Responsabilidade civil geral	1.694	-	(1.729)	(35)
Protecção jurídica	1.939	1.140.713	-	1.142.652
Assistência	4.373.192	46.719.178	-	51.092.370
Perdas pecuniárias diversas	876.990	6.463	18.266	901.719
	<u>5.277.924</u>	<u>47.866.354</u>	<u>(2.974)</u>	<u>53.141.304</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	<u>(377.592)</u>	<u>(2.125.181)</u>	<u>(301.741)</u>	<u>(2.804.514)</u>
	<u>4.900.332</u>	<u>45.741.172</u>	<u>(304.715)</u>	<u>50.336.790</u>

Ramo técnico	2010			Total
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Acidentes e doença	861	-	-	861
Responsabilidade civil geral	262	-	-	262
Protecção jurídica	4.440	970.532	-	974.972
Assistência	4.834.424	34.608.384	-	39.442.808
Perda pecuniárias diversas	1.124.329	-	(487.296)	637.032
	<u>5.964.316</u>	<u>35.578.916</u>	<u>(487.296)</u>	<u>41.055.935</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	<u>139.890</u>	<u>(2.306.236)</u>	<u>117.181</u>	<u>(2.049.166)</u>
	<u>6.104.205</u>	<u>33.272.679</u>	<u>(370.116)</u>	<u>39.006.769</u>

## 6. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2011			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	2.453.914	28.089.457	(205.567)	30.337.805
Custos de gestão de sinistros imputados	996.193	8.965.741	-	9.961.934
Provisão para sinistros (variação)	(110.042)	1.066.960	(35.542)	921.376
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>3.340.065</b>	<b>38.122.158</b>	<b>(241.109)</b>	<b>41.221.115</b>

	2010			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	2.913.661	22.560.880	(200.028)	25.274.513
Custos de gestão de sinistros imputados	1.006.275	5.702.223	-	6.708.498
Provisão para sinistros (variação)	94.859	(1.257.820)	(12.242)	(1.175.202)
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>4.014.795</b>	<b>27.005.283</b>	<b>(212.269)</b>	<b>30.807.809</b>

Ver Nota 8 com detalhe dos custos imputados às funções.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2011		2010	
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo	Resseguro aceite
Conta Técnica				
Prémios adquiridos	4.900.332	45.741.172	6.104.205	33.272.679
Proveitos técnicos	4.900.332	45.741.172	6.104.205	33.272.679
Custos com sinistros	3.340.065	38.122.158	4.019.884	27.000.195
Participação nos resultados	23.081	251.166	(30.573)	427.706
Custos de exploração	949.648	7.508.002	1.078.953	5.584.062
Custos técnicos	4.312.795	45.881.326	5.068.265	33.011.964
Resultado financeiro	65.859	373.203	150.730	854.136
Margem técnica	653.397	233.049	1.186.670	1.114.851
Rácio de sinistralidade (1)	68,2%	83,3%	65,9%	81,1%
Rácio de despesas (2)	19,9%	17,0%	17,2%	18,1%
Rácio combinado (3)	88,0%	100,3%	83,0%	99,2%
Rácio operacional (4)	86,7%	99,5%	80,6%	96,6%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

## 7. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efectuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 24).

	2011			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
<b>Ramos técnicos</b>				
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	562.081	(535.125)	274.247	301.204
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>562.081</u>	<u>(535.125)</u>	<u>274.247</u>	<u>301.204</u>

	2010			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
<b>Ramos técnicos</b>				
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	213.940	(48.992)	397.134	562.081
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>213.940</u>	<u>(48.992)</u>	<u>397.134</u>	<u>562.081</u>

## 8. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2011			2010
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	
<b>Custos de aquisição</b>				
Comissões de mediação e de resseguro aceite	1.639.965	-	1.639.965	635.363
Custos imputados	<u>2.472.283</u>	-	<u>2.472.283</u>	<u>2.428.117</u>
Total de custos de aquisição	<u>4.112.249</u>	-	<u>4.112.249</u>	<u>3.063.480</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	(468.992)	-	(468.992)	(209.725)
<b>Custos administrativos</b>				
Custos imputados	4.814.937	-	4.814.937	3.809.259
Outros	<u>(543)</u>	-	<u>(543)</u>	-
Total de custos administrativos	<u>4.814.394</u>	-	<u>4.814.394</u>	<u>3.809.259</u>
Custos e gastos de exploração líquidos	<u>8.457.651</u>	-	<u>8.457.651</u>	<u>6.663.015</u>

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indirectos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de Aquisição, a Custos Administrativos, a Custos com Sinistros e a Custos associados à gestão dos Investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2011 foi consistente com aquela adoptada em 2010.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2011	2010
Custos com sinistros	9.961.934	6.708.498
Custos de aquisição	2.472.283	2.428.117
Custos administrativos	4.814.937	3.809.259
Custos de gestão dos investimentos	142.908	47.761
Total	<u>17.392.062</u>	<u>12.993.635</u>

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2011	2010
Custos com o pessoal	10.397.236	7.473.767
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	870.972	855.346
Publicidade e propaganda	749.484	664.130
Deslocações, estadas e despesas de representação	764.353	559.509
Trabalhos especializados	851.558	540.272
Comunicações	582.135	536.380
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	570.308	522.916
Outras rendas e alugueres	305.869	232.455
Conservação e reparação	678.075	467.507
Electricidade	113.484	85.612
Seguros	76.350	76.802
Limpeza, higiene e conforto	85.256	70.180
Avenças e honorários	111.387	68.865
Outros	217.275	173.745
	<u>5.976.507</u>	<u>4.853.718</u>
Impostos e taxas	233.236	27.030
Amortizações/depreciações do exercício:		
Activos intangíveis	163.570	169.110
Activos tangíveis	478.606	422.249
	<u>642.176</u>	<u>591.359</u>
Comissões de administração de valores (investimentos)	142.908	47.761
Total	<u>17.392.062</u>	<u>12.993.635</u>

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2011	2010
Remunerações		
- dos órgãos sociais	1.020.515	1.052.520
- do pessoal	6.295.987	4.642.933
Encargos sobre remunerações	1.458.471	1.096.722
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	144.742	125.204
- Planos de benefícios definidos	114.369	46.195
Seguros obrigatórios	564.853	416.366
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	798.299	93.826
Total	<u>10.397.236</u>	<u>7.473.767</u>

O Conselho de Administração é composto por 7 elementos, dos quais 3 com funções executivas (Manrico Iachia, Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga e João Carlos Nunes Ferverença da Silva).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2011 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 1.020.515 euros (2010: 1.041.520 euros). Os Administradores executivos Manrico Iachia, Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga e João Carlos Nunes Ferverença da Silva auferiram remunerações no montante de 467.940 euros, 277.510 euros e 275.065 euros, respectivamente (2010: 422.340 euros, 289.850 euros e 329.350 euros). A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no montante de 132.096 euros (2010: 101.425 euros) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 150.854 euros (2010: 109.612 euros).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a Companhia teve, em média, 311 e 215 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2011	2010
Dirigentes executivos	3	3
Quadros superiores	6	4
Quadros médios	20	20
Profissionais altamente qualificados	33	23
Profissionais qualificados	249	165
Total	<u>311</u>	<u>215</u>

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2010 e 2011:

Categoria Profissional	2011	2010
Director Coordenador	1	-
Director de Serviços	3	4
Director Adjunto	4	2
Chefe de Serviços	9	8
Secretárias	6	6
Sub-Chefe de Secção	17	14
Escriturários	148	110
Assistentes Comerciais	6	6
Programador Informática	5	5
Escriturário / Estagiário	125	85
Técnico de Grau III	3	2
Técnico de Grau II	1	1
Técnico de Grau I	11	10
	<u>339</u>	<u>253</u>

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados. Durante o ano de 2011 foram facturados 37.000 euros (2010: 33.000 euros) para efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP. O incremento verificado resulta do aumento de horas dispendidas com a revisão dos novos requisitos de divulgação impostos pela Norma Regulamentar nº 22/2010, de 16 de Dezembro.

O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2011 (2010: 11.000 euros).

## 9. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

**Benefícios de curto prazo** – ver nota 8.

**Benefícios pós-emprego:**

**Plano de contribuição definida**

A Companhia subscreveu em 2007 um plano de contribuição definida para os colaboradores não incluídos no plano de benefício definido gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões. A contribuição do ano é definida em função da idade de cada participante.

A contribuição para este plano foi de 144.742 euros em 2011 (2010: 125.204 euros).

A quantia dos activos deste plano é de 523.323 euros em 2011 (2010: 376.494 euros), sendo a rentabilidade efectiva dos activos que constituem o plano sido de -1.58 % (2010: -0.15%).

### Plano de benefício definido

Face às responsabilidades assumidas pela Companhia no âmbito do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, de 22 de Junho de 1995 foi constituído um Fundo de Pensões CCT, que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência por serviços passados do pessoal no activo admitido até 22 de Junho de 1995.

O plano de pensões corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço no sector e retribuição. O fundo de pensões é gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões.

De acordo com os estudos actuariais efectuados pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, as responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo admitido até 22 de Junho de 1995 relativas a complementos de pensões de reforma, calculadas com referência a 31 de Dezembro de 2011, ascendiam a 2.108.042 euros (2010: 1.948.251 euros). Estas responsabilidades referem-se a 15 colaboradores (incluindo 2 administradores).

Para efeitos de aplicação da IAS 19 – Benefícios aos empregados, o custo associado a planos de benefícios atribuídos aos empregados deve ser reconhecido quando o respectivo benefício é auferido, isto é, à medida que o empregado vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e os activos adquiridos para cobrir essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Companhia.

Note-se que o custo, para efeito da IAS 19, não corresponde necessariamente ao valor que a Companhia entrega anualmente ao Fundo, sendo dado pelo somatório do custo dos serviços correntes, com o custo dos juros e com o resultado esperado dos activos.

O método de cálculo do custo do serviço corrente e do valor actual das responsabilidades por serviços passados dos participantes dos benefícios de reforma por velhice e de sobrevivência diferida usado no cenário de financiamento é o “Unit Credit” Projectado.

Para reconhecer os ganhos/perdas actuariais a Companhia optou pelo método do “SORIE”, em que os ganhos e perdas actuariais de cada ano são reconhecidos em rubrica específica do capital próprio. Face ao exposto na nota 2, com a entrada em vigor do novo CCT, a Companhia transferiu o saldo a 31 de Dezembro de 2011 das perdas actuariais acumuladas reconhecidas na rubrica de “Outras reservas” para a rubrica de “Resultados transitados”, no montante de 401.117 euros.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais para 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tábua de mortalidade	GKF/95	GKF/95
Taxa de rendimento do Fundo	5,00%	5,00%
Taxa técnica de juro	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego é decomposta como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor actual da responsabilidade por serviços passados	2.108.042	1.948.251
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	<u>2.108.042</u>	<u>1.948.251</u>

O valor actual da responsabilidade com benefícios pós-emprego diz respeito apenas a colaboradores que estão no activo, não existindo assim pensionistas ou pré-reformados.

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos é como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	1.948.251	1.075.060
Custo do serviço corrente	113.605	66.348
Custo dos juros	97.413	53.753
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(51.226)	753.089
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<u>2.108.043</u>	<u>1.948.251</u>

A obrigação com benefícios definidos, a qual em 31 de Dezembro de 2011 ascende a 2.108.042 euros (2010: 1.948.251 euros), encontra-se financiada por um Fundo de Pensões no valor de 2.108.042 euros (2010: 1.948.251 euros), o que representa um nível de financiamento de 100%.

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos activos do plano é como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Saldo do Fundo em 1 de Janeiro</b>	1.948.251	1.481.156
Retorno esperado dos activos do plano	96.649	73.906
Ganhos e (perdas) actuariais	(170.762)	(64.948)
Contribuições do empregador	233.904	458.137
<b>Saldo do Fundo em 31 de Dezembro</b>	<u>2.108.042</u>	<u>1.948.251</u>

Indicação do gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas do exercício corrente (decomposto como segue):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo de serviços correntes	113.605	66.348
Custo de juros	97.413	53.753
Retorno esperado dos activos do plano	(96.649)	(73.906)
<b>Total</b>	<u>114.369</u>	<u>46.195</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

O gasto do exercício de 114.369 euros (2010: 46,195 euros), foi imputado a gastos com gestão de sinistros em 32.023 euros (2010: 12.935 euros), a gastos administrativos em 24.018 euros (2010: 9.701 euros) e a gastos de aquisição em 58.328 euros (2010: 23.559 euros).

O retorno real dos activos do plano foi uma perda de 74.113 euros (2010: perda de 11.990 euros).

A carteira de activos do Fundo de Pensões é composta da seguinte forma (por classe de activos):

	2011	2010
Títulos rendimento variável	16,70%	43,10%
Títulos rendimento fixo	72,80%	32,30%
Terrenos e edifícios	4,10%	4,10%
Outros	6,40%	20,50%
<b>Total dos activos do Fundo</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A rentabilidade efectiva dos activos que constituem o plano em 2011 foi de -1.58 % (-0,15% em 2010).

A política de investimentos do Fundo que se encontra definida cumpre com os limites previstos na Norma Regulamentar nº9/2007-R.

Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos activos do plano com os activos e passivos reconhecidos no balanço:

	2011	2010	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	2.108.042	1.948.251	1.075.060	1.075.647
Justo valor dos activos do plano	<u>2.108.042</u>	<u>1.948.251</u>	<u>1.481.156</u>	<u>1.255.971</u>
<b>Efeito do exercício</b>				
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	51.226	(753.090)	124.907	379.929
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano	(170.762)	(64.948)	69.643	(176.007)
	<u>(119.536)</u>	<u>(818.038)</u>	<u>194.550</u>	<u>203.922</u>
<b>Efeito acumulado</b>				
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	(190.423)	(241.649)	511.441	386.534
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano	(355.316)	(184.554)	(119.606)	(189.249)
	<u>(545.739)</u>	<u>(426.203)</u>	<u>391.835</u>	<u>197.285</u>

### Plano de Reforma Individual (PIR)

De acordo com o n.º 1 da clausula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da clausula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos será liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 será transferido para um plano individual de reforma, em formato ainda por definir.

A primeira contribuição anual do empregador para o plano individual de reforma verificar -se -á:

- a) Para os trabalhadores no activo admitidos na actividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995 — no ano de 2015;
- b) Para os trabalhadores no activo admitidos na actividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- c) Para os trabalhadores no activo admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efectivo na empresa, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

De acordo com o Anexo V ao novo CCT, o valor anual das contribuições do empregador serão as seguintes:

Ano civil	Percentagem de contribuição para o PIR
2012 .....	1,00
2013 .....	2,25
2014 .....	2,50
2015 .....	2,75
2016 .....	3,00
2017 e seguintes .....	3,25

### Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efectivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia calculou o valor do prémio de permanência a liquidar em 2013, 2014 e 2015, não tendo contudo registado a respectiva responsabilidade, a qual é imaterial no contexto das suas contas. Durante 2012, o cálculo será reavaliado e, se materialmente relevante, o respectivo valor das responsabilidade será registado nas contas da Companhia.

## 10. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de activos financeiros são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Rendimentos</b>		
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Juros	599.963	605.307
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber		
Juros	50.563	42.369
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	<u>60.306</u>	<u>105.125</u>
	<u>710.832</u>	<u>752.800</u>
Outros		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	76.407	62.497
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Dividendos	<u>94.905</u>	<u>244.755</u>
	<u>171.312</u>	<u>307.252</u>
Total	<u>882.144</u>	<u>1.060.052</u>

No exercício de 2011 a rubrica de “Rendimentos – Outros” apresenta uma variação negativa de 135.940 euros, referente à redução dos dividendos distribuídos pela filial Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.

## 11. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 8) no valor de 142.908 euros (2010: 47.761 euros).

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Gastos de investimentos</b>		
Custos imputados - ver nota 8 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	<u>142.908</u>	<u>47.761</u>
	<u>142.908</u>	<u>47.761</u>

## 12. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2011 e 2010, como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	171.813	187.055
Acções e outros títulos de rendimento variável	(479.360)	74.473
	<u>(307.546)</u>	<u>261.528</u>

## 13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2011 e 2010, os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ganhos líquidos de activos financeiros detidos para negociação	14.268	-
Ganhos líquidos de activos e passivos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	36.737	2.399
	<u>51.005</u>	<u>2.399</u>

## 14. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2 e é analisada com segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	106.841	(21.162)
	<u>106.841</u>	<u>(21.162)</u>

A rubrica “Diferenças de câmbio” respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos activos financeiros.

#### 15. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efectuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2011 e 2010 a variação decompõem-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Outras provisões (variação)</b>		
Tomadores de seguros	47.771	(19.822)
Outros devedores	<u>(20.964)</u>	<u>(6.175)</u>
	<u>26.807</u>	<u>(25.997)</u>

#### 16. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2011 e 2010 a rubrica “Outros rendimentos/gastos” apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Outros gastos</b>		
Gastos e perdas não recorrentes	(113.410)	(53.970)
Gastos e perdas financeiras	(22.030)	(18.989)
<b>Outros rendimentos</b>		
Prestação de serviços de gestão e assistência técnica	1.299.003	22.391
Rendimentos e ganhos financeiros	297.360	37.922
Ganhos em outros activos tangíveis	(0)	5.585
	<u>1.460.923</u>	<u>(7.061)</u>

No exercício de 2011, a rubrica “Outros rendimentos” apresenta uma variação relativa a um contrato de prestação de serviços celebrado no exercício com as filiais EA Brasil e EA Argentina e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 959.990 euros, 149.943 euros e 31.032 euros, respectivamente.

## 17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Caixa	5.795	5.795
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.541.370	2.023.507
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	<b>4.547.165</b>	<b>2.029.301</b>

## 18. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 31).

Os investimentos financeiros nas filiais encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição. A Companhia optou por valorizar estes investimentos ao custo de aquisição, perante a inexistência de um preço cotado num mercado activo.

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

	2011	2010
<b>Partes de capital em empresas filiais</b>		
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	249.750	249.750
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	400.000	400.000
	<u>649.750</u>	<u>649.750</u>
<b>Empréstimos e contas a receber</b>		
Prestações Suplementares concedidas à Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	3.000.000	4.000.000
	<u>3.000.000</u>	<u>4.000.000</u>
	<u>3.649.750</u>	<u>4.649.750</u>

Os dados financeiros das empresas filiais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são analisados como segue:

Entidade	Percentagem de participação	2011				2010			
		Capitais próprios	Resultado do exercício	Custo de aquisição	Valor de balanço da filial	Capitais próprios	Resultado do exercício	Custo de aquisição	Valor de balanço da filial
Europ Assistance, Serviços de Assistência Personalizados, S.A	99,9%	503.542	205.881	249.750	2.654.489	392.662	102.022	249.750	2.489.004
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda	100%	8.121.698	1.245.069	400.000	8.229.336	7.876.629	992.672	400.000	7.980.532

Através das suas filiais Ponte Alta e Primeira Cruz (detida em 100% através da Ponte Alta), a Companhia detém participações em subsidiárias na Argentina e Macau, numa associada no Chile e num empreendimento conjunto no Brasil, conforme indicado na tabela que se segue:

Entidade	Percentagem de participação	
	2011	2010
Europ Assistance Macau	70,00%	70,00%
Europ Assistance Argentina	56,10%	66,00%
Europ Assistance Chile	25,50%	25,50%
EABS Serviços de Assistência e Participações, SA (Brasil)	50,00%	50,00%

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indirectamente pela Companhia através da sua subsidiária Ponte Alta, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

#### 19. ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia, como consequência da aplicação da IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contêm instrumentos financeiros derivados embutidos.

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
<b>Activos financeiros ao justo valor por via de resultados</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	855.998	-
	<u>855.998</u>	<u>-</u>

Ver nota 33 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 7.

## 20. ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	7.493.527	170.642	-	(290.975)	-	7.373.194
De outros emissores públicos	4.199.324	24.122	-	(23.233)	-	4.200.213
De outros emissores	11.029.288	74.556	-	(256.231)	106.871	10.954.484
Acções	23.835	-	-	(8.831)	-	15.004
Outros títulos de rendimento variável	576.405	-	-	255.394	-	831.799
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>23.322.379</b>	<b>269.320</b>	<b>-</b>	<b>(323.876)</b>	<b>106.871</b>	<b>23.374.694</b>

	2010					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	4.102.324	55.835	-	(40.575)	-	4.117.585
De outros emissores públicos	1.978.936	31.950	-	13.075	-	2.023.960
De outros emissores	13.661.650	122.121	-	(462.648)	-	13.321.123
Acções	2.591.024	-	-	(26.054)	-	2.564.970
Outros títulos de rendimento variável	1.009.405	-	-	208.004	-	1.217.409
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>23.343.339</b>	<b>209.906</b>	<b>-</b>	<b>(308.198)</b>	<b>-</b>	<b>23.245.047</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

(\*) O montante de 106.871 euros reconhecido em resultados em 2011 resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver nota 14).

É efectuada também uma análise de maturidade dos activos financeiros, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)						
2011	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	3.511	5.164	7.659	5.720	1.320	<b>23.375</b>

(em milhares de euros)						
2010	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	1.251	329	9.751	6.943	978	<b>19.252</b>

Ver nota 33 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 7.

## 21. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica “Empréstimos e contas a receber” corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2011 e 2010 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 2.625.906 euros e 1.419.157 euros, respectivamente.

## 22. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2011 são analisados como segue:

RUBRICAS	2011							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	558.235	401.777	29.397	-	-	45.206	-	140.649
Máquinas e ferramentas	337.876	226.148	-	-	-	30.636	-	81.092
Equipamento informático	892.726	753.841	48.368	-	-	162.409	-	24.845
Instalações interiores	674.621	409.040	81.059	-	-	69.097	-	277.543
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	24.881	21.454	-	-	-	857	-	2.570
Outras imobilizações corpóreas	286.862	59.139	-	-	-	2.249	-	225.474
Despesas em edifícios arrendados	1.584.346	1.171.858	22.162	-	-	168.153	-	266.498
<b>Total</b>	<b>4.400.431</b>	<b>3.084.140</b>	<b>180.987</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>478.606</b>	<b>-</b>	<b>1.018.672</b>

Os movimentos ocorridos durante o ano 2010 são analisados como segue:

RUBRICAS	2010							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	525.973	355.868	32.262	-	-	45.909	-	156.458
Máquinas e ferramentas	336.360	195.511	1.516	-	-	30.636	-	111.728
Equipamento informático	854.401	621.384	38.325	-	-	132.456	-	138.885
Instalações interiores	528.667	366.045	145.954	-	-	42.994	-	265.582
Material de transporte	160.216	126.800	-	-	119.331	-	85.916	-
Equipamento hospitalar	20.597	20.597	4.284	-	-	857	-	3.427
Outras imobilizações corpóreas	283.862	55.680	3.000	-	-	3.459	-	227.723
Despesas em edifícios arrendados	1.469.631	1.005.921	114.715	-	-	165.937	-	412.489
<b>Total</b>	<b>4.179.706</b>	<b>2.747.807</b>	<b>340.056</b>	<b>-</b>	<b>119.331</b>	<b>422.249</b>	<b>85.916</b>	<b>1.316.291</b>

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos tangíveis.

### 23. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2011 são analisados como segue:

Rubricas	2011							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	1.194.596	976.625	71.683	-	-	163.570	-	126.085
Total	<u>1.194.596</u>	<u>976.625</u>	<u>71.683</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>163.570</u>	<u>-</u>	<u>126.085</u>

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2010 são analisados como segue:

Rubricas	2010							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	918.443	807.515	276.153	-	-	169.110	-	217.971
Total	<u>918.443</u>	<u>807.515</u>	<u>276.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>169.110</u>	<u>-</u>	<u>217.971</u>

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos intangíveis.

#### 24. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2011			2010		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	18.701.049	(615.352)	18.085.697	16.667.268	(917.093)	15.750.175
Provisão para sinistros	6.634.366	(75.644)	6.558.722	5.677.448	(40.102)	5.637.346
Provisão para participação nos resultados	301.204	-	301.204	562.081	-	562.081
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>25.636.619</b>	<b>(690.996)</b>	<b>24.945.623</b>	<b>22.906.797</b>	<b>(957.195)</b>	<b>21.949.602</b>

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é reflectida no activo, sendo ambas analisadas como segue:

	2011			2010		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	2.991	-	2.991	-	-	-
Responsabilidade civil geral	538	-	538	-	-	-
Protecção jurídica	466.563	-	466.563	550.126	-	550.126
Assistência	16.146.037	(128.231)	16.017.805	14.610.257	(179.914)	14.430.343
Perda pecuniárias diversas	2.084.920	(487.120)	1.597.800	1.506.885	(737.177)	769.708
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>	<b>18.701.049</b>	<b>(615.352)</b>	<b>18.085.697</b>	<b>16.667.268</b>	<b>(917.091)</b>	<b>15.750.177</b>

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.628.529 euros (2010: 1.264.135 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2010: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 8% (2010: 5%) aplicada aos custos com sinistros declarados do exercício. O impacto da alteração da taxa aplicada no cálculo da provisão para gestão de sinistros ascendeu a 139.051 euros.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	761.386	-	761.386	467.523	-	467.523
Assistência	3.806.684	(36.004)	3.770.680	3.674.258	(7.760)	3.666.498
Perda pecuniárias diversas	66.964	(39.641)	27.323	61.374	(32.342)	29.032
<b>Sub-total</b>	<b>4.635.034</b>	<b>(75.644)</b>	<b>4.559.390</b>	<b>4.203.155</b>	<b>(40.102)</b>	<b>4.163.053</b>
Provisão para IBNR	1.628.529	-	1.628.529	1.264.135	-	1.264.135
Provisão para gestão de sinistros	370.803	-	370.803	210.158	-	210.158
<b>Total da provisão para sinistros</b>	<b>6.634.366</b>	<b>(75.644)</b>	<b>6.558.722</b>	<b>5.677.448</b>	<b>(40.102)</b>	<b>5.637.346</b>

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2010 (1)	Sinistros* pagos em 2011 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2011 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	513.840	335.531	202.609	24.300
Assistência	5.086.442	3.669.135	192.861	(1.224.446)
Perda pecuniárias diversas	77.166	57.069	-	(20.097)
<b>Total</b>	<b>5.677.448</b>	<b>4.061.735</b>	<b>395.470</b>	<b>(1.220.243)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano de 2010 e anteriores.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	Provisão para sinistros em 31.12.2009 (1)	Sinistros* pagos em 2010 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2010 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	254.214	159.460	150.688	55.934
Assistência	6.080.620	3.815.184	335.037	(1.930.399)
Perda pecuniárias diversas	10.655	10.679	-	24
<b>Total</b>	<b>6.345.489</b>	<b>3.985.323</b>	<b>485.725</b>	<b>(1.874.441)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano de 2009 e anteriores.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	2011			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	300	22	17	339
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	445.751	233.859	362.484	1.042.094
Assistência	29.852.268	9.722.514	584.879	40.159.661
Perda pecuniárias diversas	245.052	5.539	9.538	260.129
<b>Total</b>	<b>30.543.371</b>	<b>9.961.934</b>	<b>956.918</b>	<b>41.462.223</b>

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2010 é analisada como segue:

	2010			Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	254.449	345.098	234.204	833.751
Assistência	24.939.731	6.358.311	(1.462.886)	29.835.156
Perda pecuniárias diversas	280.362	5.089	65.722	351.173
<b>Total</b>	<b>25.474.542</b>	<b>6.708.498</b>	<b>(1.162.960)</b>	<b>31.020.080</b>

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é reflectida no passivo.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	301.204	-	301.204	562.081	-	562.081
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
<b>Provisão para participação nos resultados</b>	<b>301.204</b>	<b>-</b>	<b>301.204</b>	<b>562.081</b>	<b>-</b>	<b>562.081</b>

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2011			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	562.082	(535.125)	274.247	301.205
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>562.082</u>	<u>(535.125)</u>	<u>274.247</u>	<u>301.205</u>

	2010			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	213.940	(48.992)	397.134	562.082
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>213.940</u>	<u>(48.992)</u>	<u>397.134</u>	<u>562.082</u>

## 25. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
<b>Contas a receber por operações de seguro directo</b>		
Contas em cobrança	1.418.815	1.757.412
Ajustamento dos recibos por cobrar	(196.433)	(223.241)
	<u>1.222.382</u>	<u>1.534.172</u>
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro</b>		
Ressegurados	4.800.894	3.973.401
Resseguradores	190.253	-
	<u>4.991.146</u>	<u>3.973.401</u>
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Refacturações a segurados	201.110	262.666
Outros devedores	1.131.091	73.828
Ajustamentos	(10.051)	(10.051)
	<u>1.322.150</u>	<u>326.443</u>
<b>TOTAL GERAL</b>	<u>7.535.678</u>	<u>5.834.016</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Outros devedores” diz respeito aos débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Brasil, EA Argentina e EA Chile no valor de 815.991 Euros, 102.711 Euros e 31.032 Euros, respectivamente (ver nota 16).

## 26. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% (2010: 25%), aplicável à matéria colectável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascende a 1,5% (2010: 1,5%). Adicionalmente, aplica-se a derrama estadual ao lucro tributável que exceda os 2 milhões de euros à taxa de 2,5%. A derrama estadual foi criada pela Lei nº 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública, actualmente em vigor no art. 87º A do Código do IRC.

A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2011 e 2010, desagrega-se da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto do exercício	946.017	649.027
Imposto diferido	<u>(200.182)</u>	<u>236.463</u>
Impostos sobre lucros	<u><u>745.834</u></u>	<u><u>885.490</u></u>

A taxa de imposto efectiva do exercício ascende a 30,3% (2010: 37,5%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2011	2010
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>2.461.043</b>	<b>2.360.808</b>
<b>Taxa nominal (25%) + Derrama ( 1,5%)</b>	<b>652.176</b>	<b>625.614</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>745.834</b>	<b>885.489</b>
Corrente	946.017	649.027
Diferido	(200.182)	236.462
Taxa efectiva	30,3%	37,5%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	<b>(93.658)</b>	<b>(259.875)</b>
Tributação autónoma	214.407	195.717
Derrama estadual	11.153	-
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	12.059	134.465
Benefícios pós-emprego	(29.884)	92.986
Benefícios fiscais e outros ajustes	(102.881)	(98.578)
Dividendos pagos por filiais	(23.726)	(64.860)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	41.076	-
Excesso/Insuficiência de estimativa	(33.947)	-
Outras diferenças permanentes	5.400	145

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foram reconhecidos como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	85.827	81.672
Reserva por ganhos e perdas actuariais	144.621	112.944
<b>Total de imposto registado em capital próprio</b>	<b>230.448</b>	<b>194.616</b>

O montante incluído na reserva por ganhos e perdas actuariais foi no final do ano reclassificado para "Resultados transitados" (ver nota 9).

	2011	2010
Imposto corrente	946.017	649.027
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(200.182)	236.463
<b>Total de imposto registado em resultados</b>	<b>745.834</b>	<b>885.489</b>

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2011 e 2010 foram reconhecidos como segue:

	Impostos correntes			
	Activo		Passivo	
	2011	2010	2011	2010
Imposto sobre o rendimento	-	-	681.017	246.164
Retenções de imposto na fonte	12.212	-	322.497	256.116
Contribuições para a Segurança Social	-	-	206.821	133.596
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-	6.759	4.463
Outros impostos e taxas	-	-	171.705	173.826
	<u>12.212</u>	<u>-</u>	<u>1.388.799</u>	<u>814.165</u>

Os activos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2011 e 2010 foram reconhecidos como segue:

	2011	Impacto em CP	Impacto em G&P	2010	Impacto em CP	Impacto em G&P	2009
<b>Impostos diferidos activos</b>							
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	(56.162)	56.162	-	(134.465)	190.627
Perdas de imparidade de activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios de desempenho	252.303	-	181.448	70.855	-	7.168	63.687
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	85.827	4.155	-	81.672	81.672	-	-
Ganhos actuariais (IAS 19) - Reserva	144.621	31.677	-	112.944	112.944	-	-
IAS 19 - Resultado	-	-	112.944	(112.944)	-	(112.944)	-
<b>Total</b>	<u>482.751</u>	<u>35.832</u>	<u>238.230</u>	<u>208.689</u>	<u>194.616</u>	<u>(240.242)</u>	<u>254.315</u>
<b>Impostos diferidos passivos</b>							
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	(38.048)	-	(38.048)	-	(130.028)	-	130.028
Ganhos actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	(103.836)	-	103.836
Outros	-	-	-	-	-	(3.779)	3.779
<b>Total</b>	<u>(38.048)</u>	<u>-</u>	<u>(38.048)</u>	<u>-</u>	<u>(233.865)</u>	<u>(3.779)</u>	<u>237.644</u>
<b>Impacto total em Ganhos e Perdas</b>			<u>200.182</u>			<u>(236.463)</u>	
<b>Impacto total em Capital Próprio</b>		<u>35.832</u>			<u>428.481</u>		

## 27. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	2011	2010
<b>Acréscimos e diferimentos activos</b>		
Gastos diferidos com rendas	21.574	21.475
Gastos diferidos com seguros	49.915	18.900
Outros gastos diferidos	80.096	41.997
Outros rendimentos diferidos	8.710	124.718
<b>Total</b>	<u>160.295</u>	<u>207.089</u>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Acréscimos de custos com remunerações (incluindo indemnizações)	2.123.768	1.256.432
Receita antecipada diferida	463.968	397.775
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados	367.302	301.257
Outros proveitos diferidos	-	4.010
<b>Total</b>	<u>2.955.038</u>	<u>1.959.473</u>

## 28. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Rubricas	2011		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.649.750	3.649.750
Outros investimentos financeiros	31.403.763	-	31.403.763
Outros activos	690.996	9.335.692	10.026.688
	<u>32.094.759</u>	<u>12.985.442</u>	<u>45.080.201</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Rubricas	2010		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	4.649.750	4.649.750
Outros investimentos financeiros	26.693.506	-	26.693.506
Outros activos	957.195	7.784.057	8.741.251
	<u>27.650.701</u>	<u>12.433.807</u>	<u>40.084.508</u>

## 29. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
<b>Contas a pagar por operações de seguro directo</b>		
Mediadores	28.373	58.885
	<u>28.373</u>	<u>58.885</u>
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>		
Resseguradores	11.412	33.580
	<u>11.412</u>	<u>33.580</u>
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
ESAF	2.081.980	485.307
Fornecedores	355.575	120.440
Pessoal	93.058	118.251
Credores diversos	151.526	89.920
	<u>2.682.140</u>	<u>813.919</u>
<b>TOTAL</b>	<u>2.721.924</u>	<u>906.383</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Contas a pagar por outras operações – ESAF” refere-se a operações com títulos pendentes de liquidação.

## 30. OUTRAS PROVISÕES

Esta rubrica destina-se a registar as responsabilidades para as quais se estima um exfluxo financeiro futuro. O saldo apresentado é relativo, essencialmente a acções judiciais e respectivos encargos.

Em 2011 o valor provisionado ascendeu aos 238.243 euros (2010: 211.930 euros).

### 31. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

#### Capital

##### i) Indicação dos objectivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de acções e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A Companhia fechou o exercício de 2011 com um montante de Capitais próprios de 12,1 milhões de euros, valor que é inferior ao valor registado em 2010, que se cifrou em 13,3 milhões de euros.

Esta evolução negativa é explicada pela liquidação de 1,5 milhões de euros relativos a prestações acessórias incluídas na rubrica “Outros instrumentos de capital” efectuadas pelos accionistas.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 115% em 31 de Dezembro de 2011 (2010: 159%).

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de acções nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

Entidade	Número de acções		
	2011	2010	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	794.991	794.991	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	360.000	47,00%
Banco Espírito Santo, S.A	-	345.000	0,00%
Martin Vial	6	6	0,00%
Manrico Iachia	3	3	0,00%
	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>	<u>100,00%</u>

Durante o ano de 2011, a estrutura accionista da Companhia foi alterada, tendo a percentagem do capital social detido pelo Banco Espírito Santo, SA sido adquirida na sua totalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, SA.

#### Outros instrumentos de capital

Em 2009, os accionistas da Europ Assistance efectuaram prestações acessórias pecuniárias sujeitas ao regime de prestações suplementares, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes accionistas). As referidas prestações foram aprovadas na acta n.º 21 da Assembleia

Geral de 23 de Janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não tem prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos accionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respectivas participações. Este reembolso foi aprovado na acta n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de Julho de 2011. As prestações acessórias efectuadas pelo accionista Banco Espírito Santo transitaram para o accionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura accionista ocorrida em 2011.

## **Reservas**

### **i) Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de Dezembro de 2011 a reserva legal ascendia a 496.220 euros (2010: 348.688 euros).

### **ii) Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2011 a reserva de reavaliação ascendia a (323.876) euros (2010: (308.198) euros).

### **iii) Outras Reservas - Reserva de ganhos e perdas actuariais**

Esta reserva ("SORIE") constituída no exercício de 2009 inclui os ganhos e perdas actuariais do plano de benefícios definido, em conformidade com a IAS 19 (ver nota 9). Em 31 de Dezembro de 2011 a reserva de ganhos e perdas actuariais ascendia a 0 euros (2010: (426.203) euros), uma vez a totalidade do valor dela constante ter sido reclassificada para resultados transitados (ver nota 9).

### **iv) Reservas por impostos diferidos**

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. É igualmente registado em capitais próprios o imposto diferido decorrente dos ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido. Em 31 de Dezembro de 2011 a reserva por impostos diferidos ascendia a 85.827 euros (2010: 194.616 euros). Ver nota 26.

## **Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos e diluídos são os seguintes:

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

---

	2011	2010
Resultado líquido atribuível aos accionistas	1.543.688	1.327.786
Número de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas (euros)	<u>1,03</u>	<u>0,89</u>

#### **Dividendos por acção**

A Assembleia-Geral de 31 de Março de 2011 deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2010:

Reserva Legal	147.531,84 Euros
Dividendos	1.300.000,00 Euros
Resultados Transitados	27.786,51 Euros

O valor distribuído por acção corresponde a 0.87 euros por acção.

O Conselho de Administração propôs a seguinte aplicação do resultado líquido de 2011:

Reserva Legal	171.520,88 Euros
Dividendos	1.100.000,00 Euros
Resultados Transitados	443.687,88 Euros

O valor proposto por acção corresponde a 0,73 euros por acção.

## 32. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2011:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	190.253	-	241.109
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	152.293	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	718.680	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO,S.A	PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	-	-	1.054.272
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	595.277	-	12.720.776
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	(504.815)	1.492.232	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	(201.599)	201.599	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	3.000.000	-	-
Progrebior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	456.829	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	(2.081.980)	142.908	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	144.742	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	815.991	-	959.990
EA ARGENTINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	102.711	-	149.943
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	31.032	-	31.032

Ano de 2010:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	(33.580)	487.296	200.028
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	123.762	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	585.277	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(2.385.000)	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO,S.A	PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	-	-	1.039.854
BANCO ESPÍRITO SANTO,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.035.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	634.936	-	11.483.729
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.080.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	(218.190)	459.349	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	(518.982)	518.982	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	4.000.000	-	-
Progrebior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	479.885	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	(485.307)	47.761	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	125.204	-

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transacções semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais

Ver nota 8.

### 33. GESTÃO DOS RISCOS

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à actividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objectivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e accionistas.

A avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos devem ser devidamente planeados, continuamente revistos e documentados. Neste âmbito, é reportado anualmente desde 2008 o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao n.º 1 do art.º 19.º da Norma Regulamentar 14/2005-R, do Instituto de Seguros de Portugal.

#### **Objectivos, políticas e processos de gestão de riscos**

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resulta da sua actividade.

A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar uma gestão sã e prudente e, deste modo, pôr em risco os objectivos estratégicos.

Para assegurar a eliminação ou controlo dos riscos, foram definidas as funções de Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

A gestão de riscos está incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Companhia.

A Companhia considera fundamental a criação de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta. Para acautelar a implementação do sistema foram desenvolvidos esforços no sentido de adequar de forma mais eficiente os recursos necessários ao cumprimento dos requisitos e objectivos do sistema de gestão de riscos.

A Europ Assistance, ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via do processo de subscrição, análise e aceitação, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Este processo inclui o estabelecimento de limites, autonomias e regras específicas para a aceitação e aprovação de determinados riscos, sempre que a sua dimensão ou complexidade o exija.

A estratégia de subscrição da Companhia vai no sentido de explorar e diversificar os riscos distribuindo-os pelas diferentes indústrias e regiões geográficas onde opera. A Companhia procura otimizar o valor dos accionistas através do alcance dos seus objectivos de médio prazo em termos de "return on equity". Para que isto seja conseguido, é necessária uma estratégia de subscrição prudente e estável que potencie vantagens competitivas e que evite a assunção de riscos com um nível de volatilidade susceptível de causar rupturas.

Na base do processo de subscrição encontra-se um sólido processo de governação. Este processo inclui a estratégia, o estabelecimento de objectivos, a delegação de autoridades, a monitorização

financeira, as auditorias aos processos de subscrição e às acções correctivas com as quais se pretende levar a cabo os melhoramentos necessários.

Num sentido lato, todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. No entanto, existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, os quais incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
- **Risco de crédito:** risco de incumprimento (default) ou de alteração na qualidade creditícia (rating) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam.
- **Risco de mercado:** deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos activos, resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das acções, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de commodities (ex: petróleo). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do activo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre activos e passivos.
- **Risco de liquidez:** risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos activos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.
- **Risco operacional:** risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.
- **Risco de reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.
- **Risco estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

### 33.1 RISCOS DE SEGURO

**Gestão do risco específico de seguros:** Este risco é aplicável a todos os ramos de actividade e pode subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

- **Risco de emissão de prémios e resseguro:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação). Este risco contempla ainda uma correcta avaliação e monitorização das políticas de resseguro aceite e cedido.

- **Risco de Subscrição:** risco associado à identificação e avaliação dos riscos a assumir pela Companhia no âmbito do processo de tarifação: sua adequação tendo por base a experiência de sinistralidade e bases estatísticas. É aqui considerada a monitorização da tarifação através de reportes periódicos onde se afere adequação dos prémios cobrados ou fixados face às responsabilidades / obrigações futuras resultantes desses contratos; e do processo de subscrição: definição das coberturas, limites e condições aplicáveis, tendo em conta os universos cobertos e o tipo de risco definido a subscrever.

Aquando da aceitação do risco, a Companhia rege-se por normas escritas baseadas em análise de indicadores estatísticos da carteira de forma a adequar o preço ao risco.

- **Risco de Provisionamento:** risco associado à avaliação e monitorização das provisões e respectiva adequação. O risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

- **Gestão dos Processos de Sinistro:** risco associado à avaliação e monitorização dos processos de sinistros, ao nível da informação incluída na base de dados face aos objectos cobertos, dispersão na sua localização, confirmação de garantias / coberturas, clausulados actualizados, níveis de serviço contratados. Os impactos associados poderão passar pela fraude, perturbações no decorrer do processo de sinistro, perdas de contratos e penalizações por incumprimento.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2011		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	1	-	0,00%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	430.778	367.225	17,31%
Protecção jurídica	2.007	1.965	2,14%
Perdas pecuniárias diversas	490	530	-7,55%
<b>Total</b>	<b>433.276</b>	<b>369.720</b>	<b>17,19%</b>

	2010		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	-	410	0,00%
Responsabilidade civil geral	-	28	0,00%
Assistência	359.834	278.086	29,40%
Protecção jurídica	1.323	1.430	-7,48%
Perdas pecuniárias diversas	635	782	-18,80%
<b>Total</b>	<b>361.792</b>	<b>280.736</b>	<b>28,87%</b>

	2011	2010
Número de apólices (Seguro directo)	573	552
Rácio de sinistralidade	81,87%	78,78%

Sendo a actividade da Companhia em 2011 cerca de 90% em resseguro aceite não é possível efectuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2010: 85%).

Análise de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2011	2010
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(2.061)	(1.540)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(846)	(666)

### 33.2 RISCOS FINANCEIROS

#### Risco de Crédito

Este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais. As áreas de risco associadas são os intermediários e clientes.

Os procedimentos de gestão de riscos de crédito têm o seu enfoque nos controlos do processo de cobranças e análise de projecto (avaliação do risco de crédito do cliente proposto), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Relativamente às relações com os resseguradores é considerada residual pelo que o risco é também residual. Para além disto o maior ressegurador faz parte do Grupo Europ Assistance (internacional), estando assim assegurada a mitigação de grande parte do risco residual considerado. Efectuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

As relações com os mediadores são residuais (a Companhia comissionou 2,80 % do total de prémios de Seguro Directo em 2011 (2010: 2,96%) e 0,28% do total de prémios brutos emitidos (2010: 0,43%) pelo que consideramos o risco residual.

Contudo efectuam-se com regularidade monitorizações no âmbito das cobranças à evolução dos montantes e a antiguidade das dívidas, mitigando grande parte do risco residual considerado.

A Europ Assistance está exposta ao risco de crédito, essencialmente através das obrigações emitidas pelas contrapartes, que compõem as suas carteiras de títulos, que estão sujeitos à volatilidade dos *spreads* ao longo da curva das taxas de juro. Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações *corporate*, cerca de 96,37% do total (2010: 83,7%).

Ainda de acordo com as normas e directivas de gestão de risco, são identificadas e implementadas medidas correctivas apropriadas relativamente aos investimentos em que hajam expectativas de sofrer um corte no rating para níveis abaixo de investment grade.

Estão igualmente implementadas rotinas para monitorar os limites de exposição ao risco de crédito por emitente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que, é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

Rating	2011		2010	
	%	Valor	%	Valor
AAA	38,27%	8.949	25,72%	5.005
AA	14,14%	3.307	12,13%	2.361
A	28,83%	6.742	30,71%	5.977
BBB	13,94%	3.260	25,22%	4.908
BB	0,00%	-	0,00%	-
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	4,81%	1.126	6,22%	1.211
Total	100,00%	23.384	100,00%	19.462

Verificamos acima que cerca de 81,25% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a “A” (2010: 69%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

A diversificação dos activos financeiros por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

Sector de actividade	Activos Financeiros Classificados no reconhecimento inicial a Justo através de Ganhos e Perdas					
	2011			2010		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Bens Consumíveis	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Energia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Financeiro	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Dívida Publica	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Industrial	100,00%	856	-	0,00%	-	-
Medicina	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Outros	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Total	100,00%	856	-	0,00%	-	-

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Sector de actividade	Activos Financeiros disponíveis para venda					
	2011			2010		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	2,69%	628	-	3,71%	855	-
Bens Consumíveis	0,00%	-	-	0,53%	121	-
Energia	8,77%	2.049	-	3,88%	893	-
Financeiro	25,11%	5.869	-	59,59%	13.727	-
Fundos	0,00%	-	-	5,29%	1.217	-
Dívida Publica	31,54%	7.373	-	17,63%	4.062	-
Industrial	14,74%	3.445	-	6,46%	1.489	-
Medicina	0,00%	-	-	1,59%	367	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	15,80%	3.693	-	0,27%	63	-
Outros	1,36%	317	-	1,04%	241	-
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.375</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.035</b>	<b>-</b>

A exposição à dívida publica por País é analisada como se segue:

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2011	Peso
Portugal	941.344	12,77%
Alemanha	4.885.936	66,27%
Itália	1.296.664	17,59%
Espanha	249.250	3,38%
<b>Total</b>	<b>7.373.194</b>	<b>100,00%</b>

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2010	Peso
Portugal	1.136.084	27,59%
França	1.872.912	45,49%
Alemanha	1.108.589	26,92%
<b>Total</b>	<b>4.117.585</b>	<b>100,00%</b>

### Risco de Mercado

Este risco está associado à gestão de activos (investimentos) definida pela companhia e relacionados com variações nos mercados. Na óptica da companhia este risco de mercado decompõe-se em risco de acções, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está reflectida no contrato celebrado com a ESAF (Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA) para a Gestão de Activos e é claramente expresso como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes. Não são efectuados quaisquer investimentos que confirmem exposição directa ou indirecta ao mercado imobiliário, pelo que, não há exposição ao risco imobiliário.

Ao longo do ano de 2011 a duração dos activos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das acções e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados accionistas poderão afectar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os activos líquidos e a situação do Capital perante a entidade Reguladora, nomeadamente através da Margem de Solvência. Adicionalmente, poderá ter efeitos colaterais nas restantes classes de activos, como fundos de imóveis, empresas cotadas do sector, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

De acordo com a IFRS 7, os activos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado directamente com referência a um mercado oficial activo.

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A Europ Assistance, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, detém maioritariamente activos financeiros de Nível 1.

Relativamente à composição de activos cuja moeda não é euro (dólar norte americano) em 2011 é de 8% (2010: 7%) do total da carteira de investimentos.

#### **Análises de sensibilidade:**

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto nas reservas de Justo Valor antes de impostos	
		2011	2010
Acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(1)	(256)

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas.

As análises consideradas não reflectem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais servindo apenas para avaliar a susceptibilidade das carteiras de activos aos choques considerados.

#### Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os activos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

(em milhares de euros)

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Incidência de análise	Cenários	Impacto nas reservas de Justo Valor antes de impostos	
		2011	2010
Taxa de juro	Subida de 100 b.p. na curva da taxa de juro - Obrigações taxa fixa	(585)	(549)

### Riscos de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneiio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão de riscos de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspectiva de liquidez), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

A existência de uma desadequação entre os valores de activos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise aos prazos médios de recebimento e pagamento:

	2011	Var %	2010
Liquidez (1)	0,76	11,76%	0,68

(1) Rácio da liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o activo disponível a curto prazo, ou seja a relação entre o total do Passivo e o somatório dos investimentos, com os activos tangíveis, os depósitos bancários e caixa e outros.

### 33.3 OUTROS RISCOS

**Gestão do risco operacional:** Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. As áreas de risco associadas são os Recursos Humanos, os fornecedores, a prevenção do branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro, o plano de contingência do negócio e as tecnologias de informação, tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Em 2011 a taxa de saída de empregados foi de 15,85, apresentando um acréscimo de 0,38% relativamente a 2010 (15,79). A taxa de absentismo em 2011 foi de 3,17, apresentando um decréscimo de 27,95% relativamente a 2010 (4.4). O número de empregados cresceu 44% face a 2010, situando-se nos 339, em 31 de Dezembro de 2011.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2011	2010	Variação percentual
Rádios de recursos humanos			
Taxa de saída	15,85	15,79	0,38%
Taxa de absentismo	3,17	4,40	-27,95%
Nº médio de empregados	311	215	44,65%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	27.195	30.991	-12,25%
Despesas gerais / Resultados Líquidos	4,93	4,52	9,18%
Despesas gerais / Prémios	15,91%	16,04%	-0,77%

**Gestão do risco estratégico:** riscos associados à estratégia, política e gestão de investimentos definida pela empresa. Como áreas de risco estão definidas o ambiente concorrencial e o ambiente legal.

Os procedimentos de gestão de riscos de mercado têm o seu enfoque nos controlos dos processos de ambiente concorrencial (análise concorrencial e quota de mercado), estratégia comercial e enquadramento legal e regulatório, tendo sido desenvolvidos as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

No exercício de 2011 verifica-se um decréscimo acentuado das vendas no mercado automóvel (-31%). No mercado segurador observa-se uma queda de 38% no ramo Vida e uma ligeira queda de 1,25% nos ramos não Vida.

A Companhia atingiu uma quota de mercado de 34%, mais 6% que em 2010, fruto da entrada de 2 carteiras de resseguro.

fonte: Acap

	2011*	Variação percentual	2010	Variação percentual	2009
<b>Total mercado automóvel</b>	191.316	-31%	275.871	33%	207.478

\* Valores provisórios

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

**Quadro 1 - Produção\* de seguro direto em Portugal - Mercado**

fonte: ISP

Valores expressos em milhões de Euros

	2011*	Variação percentual	2010	Variação percentual	2009
Vida	7.533	-38,12%	12.173	17,23%	10.384
Não Vida	4.115	-1,25%	4.167	0,80%	4.134
<b>TOTAL</b>	<b>11.648</b>	<b>-39,37%</b>	<b>16.340</b>	<b>18,03%</b>	<b>14.518</b>

\* Valores provisórios

**Quadro 2 - Produção\* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)**

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2011*	Variação percentual	2010	Variação percentual	2009
<b>Não Vida</b>					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	621.878	-3,72%	645.924	-4,12%	673.671
Doença	535.470	0,61%	532.241	6,50%	499.735
Acidentes (outros)	146.595	-17,82%	178.381	-0,98%	180.141
Incêndio e Outros Danos	768.766	0,46%	765.259	2,54%	746.311
Automóvel	1.658.962	-0,70%	1.670.726	0,31%	1.665.543
Marítimo e Transportes	27.588	10,08%	25.062	-20,49%	31.521
Aéreo	11.377	-30,37%	16.340	-7,46%	17.657
Mercadorias Transportadas	26.401	0,74%	26.208	0,21%	26.154
Responsabilidade Civil Geral	114.061	-1,76%	116.108	4,04%	111.604
Diversos	203.982	7,19%	190.308	4,92%	181.384
<b>TOTAL</b>	<b>4.115.080</b>	<b>-1,24%</b>	<b>4.166.557</b>	<b>0,79%</b>	<b>4.133.721</b>

\* Valores provisórios

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

**Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado**

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2011*	Peso	2010	Peso	2009	Peso
<b>Não Vida</b>						
Acidentes e Doença						
Acidentes de trabalho	621.878	15,11%	645.924	15,50%	673.671	16,30%
Doença	535.470	13,01%	532.241	12,77%	499.735	12,09%
Acidentes (outros)	146.595	3,56%	178.381	4,28%	180.141	4,36%
Incêndio e Outros Danos	768.766	18,68%	765.259	18,37%	746.311	18,05%
Automóvel	1.658.962	40,31%	1.670.726	40,10%	1.665.543	40,29%
Marítimo e Transportes	27.588	0,67%	25.062	0,60%	31.521	0,76%
Aéreo	11.377	0,28%	16.340	0,39%	17.657	0,43%
Mercadorias Transportadas	26.401	0,64%	26.208	0,63%	26.154	0,63%
Responsabilidade Civil Geral	114.061	2,77%	116.108	2,79%	111.604	2,70%
Diversos	203.982	4,96%	190.308	4,57%	181.384	4,39%
<b>TOTAL</b>	<b>4.115.080</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.166.557</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.133.721</b>	<b>100,00%</b>

\* Valores provisórios

fonte: ISP / APS / Benchmark's

Quota de Mercado (Assistência)	2011 Proj	2010	Var %	2009	Var %
Europ Assistance	34%	28%	<b>21,4%</b>	26%	<b>7,7%</b>
Cares	32%	31%	<b>3,2%</b>	31%	<b>0,0%</b>
Inter Partner	10%	9%	<b>11,1%</b>	9%	<b>0,0%</b>
Mondial Assistance	8%	5%	<b>60,0%</b>	6%	<b>-16,7%</b>
	<b>84%</b>	<b>73%</b>	<b>15,1%</b>	<b>72%</b>	<b>1,4%</b>

#### 34. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2011 e 2010 apresenta-se de seguida:

	2011	2010
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas	3.258.171	4.308.903
Resultados Transitados	(371.850)	1.481
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	615.209	175.318
<b>Valor de Balanço</b>	<b><u>11.001.530</u></b>	<b><u>11.985.702</u></b>
Ajustamentos	(126.085)	(217.971)
Margem de Solvência disponível	10.875.445	11.767.731
Margem de Solvência requerida	9.491.123	7.395.752
<b>Rácio de Solvência</b>	<b><u>114,59%</u></b>	<b><u>159,11%</u></b>

A redução do rácio de solvência deve-se fundamentalmente a dois factores: à redução do Capital Próprio decorrente do reembolso de 1.500.000 Euros relativos a prestações acessórias e ao aumento significativo dos prémios brutos emitidos fruto da entrada de duas carteiras de resseguro aceite.

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver, até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação.

### 35. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respectivamente de 828.785 euros para Locarent e Leaseplan (2010: 716.589 euros) e 524.466 euros para HP Finance (2010: 293.582 euros).

	2011		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	828.785	185.912	321.461
Equipamento Informático	524.466	128.286	177.958
<b>Total</b>	<b>1.353.251</b>	<b>314.198</b>	<b>499.419</b>

	2010		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	716.589	128.153	318.241
Equipamento Informático	293.582	73.174	146.357
<b>Total</b>	<b>1.010.171</b>	<b>201.328</b>	<b>464.598</b>

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
	<b>1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS</b>							
	1.1 - Títulos Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
921 074 194 651	E.A.-Serviços de Assistência Personalizados,S.A.	49.950	5	100%	5	249.750	5	249.750
971 052 990 451	Ponte Alta-Comércio e Consultoria(Sociedade Unipessoal),Lda	-	400.000	100%	400.000	400.000	400.000	400.000
	sub-total	<b>49.950</b>				<b>649.750</b>		<b>649.750</b>
	total	<b>49.950</b>				<b>649.750</b>		<b>649.750</b>
	<b>2 - OUTROS</b>							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEKOE0003	OT-5% 15 Junho/2012	250.000	1		1	240.025	1	249.296
PTOTE3OE0017	OT 3.35 10/15/15	1.000.000	1		1	1.001.000	1	692.048
	sub-total	<b>1.250.000</b>				<b>1.241.025</b>		<b>941.344</b>
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTTRVBOE0000	TRANQUILIDADE-VIDA PERP 02/49	643.000	1		1	647.099	1	473.445
PTSEMCOE0006	SEMAPA FL 2016	650.000	1		1	645.835	1	652.119
XS0586598350	ELEPOR5.875 11-02/16	235.000	1		1	233.545	1	215.840
	sub-total	<b>1.528.000</b>				<b>1.526.480</b>		<b>1.341.404</b>
	sub-total	<b>2.778.000</b>				<b>2.767.505</b>		<b>2.282.749</b>
	total	<b>2.778.000</b>				<b>2.767.505</b>		<b>2.282.749</b>
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Acções							
ES0113900J37	B.Santander	2.556	5		9	23.835	6	15.004
	sub-total	<b>2.556</b>				<b>23.835</b>		<b>15.004</b>
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0296922973	Nova Energia Sicar	11	50.000		53.699	576.405	77.492	831.799
	sub-total	<b>11</b>				<b>576.405</b>		<b>831.799</b>
	sub-total	<b>2.567</b>				<b>600.240</b>		<b>846.803</b>
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
DE0001135457	DBR 2.25 11-09/21	1.230.000	1		1	1.261.502	1	1.289.937
IT0004776164	BOTS C0 11-05/2012	317.000	1		1	306.855	1	312.514
ES0L01202172	SGLT C0 10-02/2012	250.000	1		1	247.032	1	249.250
DE0001135218	DBR 4.5 03-01/2013	3.300.000	1		1	3.451.866	1	3.595.998
IT0004781941	BOTS C0 12-06/2012	1.000.000	1		1	983.996	1	984.150
	sub-total	<b>6.097.000</b>				<b>6.251.251</b>		<b>6.431.850</b>
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS0676294696	EIB 2.75 11-09/2021	500.000	1		1	496.900	1	493.506
EU000A1GV187	EU 2.375 11-10/2018	500.000	1		1	496.920	1	500.438
EU000A1G0AC2	EFSF 2.75 11-12/16	274.000	1		1	273.003	1	282.085
XS0671138377	COE 2.875 11-08/21	400.000	1		1	397.228	1	400.976
DE000A1K0UB7	KFW 2 11-09/2016	495.000	1		1	494.555	1	507.188
XS0618580590	EIB Float 07/16	1.200.000	1		1	1.197.296	1	1.162.255
XS0441651477	Inst.Crdt.Ofel 7/12	600.000	1		1	593.730	1	591.791
EU000A1GRYT1	EU 2.75 11-06/2016	250.000	1		1	249.298	1	261.974
	sub-total	<b>4.219.000</b>				<b>4.198.929</b>		<b>4.200.213</b>
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0519459134	RENAUL 4 10-07/13	200.000	1		1	199.480	1	203.996
XS0616562277	SANTAN Float 13	600.000	1		1	581.208	1	583.680
XS0642351505	DBB 2.875 11-06/16	300.000	1		1	298.914	1	317.395
XS0465601754	CBA 4.25 09-11/16	500.000	1		1	517.600	1	513.654
XS0156924051	HBOS 5.5 02-10/12	330.000	1		1	330.594	1	326.688
US24422ERD30	DE Float 11-07/2013	250.000	1		1	140.327	1	193.230
FR0011156017	AUCHAN 3 11-12/2016	400.000	1		1	399.468	1	410.076
XS0597921724	KBC 4 11-03/13	200.000	1		1	199.774	1	200.787
XS0569301327	TLMP 5.125 10-12/17	248.000	1		1	245.093	1	241.861
XS0580360724	HESLANFloat 11-01/13	500.000	1		1	347.115	1	385.798
XS0559641146	MTNA 4.625 10-11/17	222.000	1		1	220.484	1	209.214
XS0718526790	LINGR 3.125 11-12/18	350.000	1		1	347.022	1	363.089
XS0625977987	WURTH 3.75 11-05/18	300.000	1		1	298.062	1	321.325
XS0710090928	AMGN 4.375 11-12/18	200.000	1		1	199.150	1	210.821
XS0541454467	GE 2.875 10-09/15	240.000	1		1	239.323	1	245.827
XS0706245163	BGGRP 3 11-11/2018	501.000	1		1	500.750	1	505.593
FR0011119460	SUPF 3.5 11-01/19	300.000	1		1	297.681	1	306.255
FR0011124601	COFP 4.472 11-04/16	200.000	1		1	200.000	1	203.386
FR0011147305	GSZFP 3.125 11-01/20	600.000	1		1	595.292	1	595.370
FR0011149954	CAPPF 5.25 11-11/16	200.000	1		1	199.330	1	205.653
XS0295157274	BACA 0 07-05/12	300.000	1		1	288.990	1	296.148
XS0197079972	Merrill Lynch 07/14	350.000	1		1	313.012	1	301.533
US92343VAZ76	VZ Float 03/28/14	500.000	1		1	364.438	1	385.887
US03523TBK34	ABIBB Float 07/14	300.000	1		1	222.438	1	232.170
DE0001397081	DPB Float 11/15	310.000	1		1	286.285	1	246.265
XS0306644930	ENEL Float 06/14	450.000	1		1	443.760	1	406.347
XS0627162075	RABOBK Float 14	561.000	1		1	560.501	1	559.357
XS0614919370	VWFloat 10/12/12	500.000	1		1	499.850	1	501.181
FR0010491597	DEXMAFloat 06/14	100.000	1		1	66.611	1	68.941
US36962G5B66	GE Float 04/07/14	300.000	1		1	210.040	1	228.355
US370334BK90	GIS Float 05/14	300.000	1		1	209.287	1	231.573
US263534CH08	DDFloat 03/25/14	278.000	1		1	207.344	1	215.416
XS0497185511	MRKGR 3.375 10-03/15	220.000	1		1	220.222	1	234.207
	sub-total	<b>11.110.000</b>				<b>10.249.443</b>		<b>10.469.077</b>
	sub-total	<b>21.426.000</b>				<b>20.699.623</b>		<b>21.101.139</b>
	total	<b>21.428.567</b>				<b>21.299.862</b>		<b>21.947.942</b>
	<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>24.256.517</b>				<b>24.717.117</b>		<b>24.880.441</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 ** (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	-	-	-	-
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	490.463	335.531	187.601	32.669
ASSISTÊNCIA	4.902.895	3.669.135	178.575	(1.055.185)
DIVERSOS	73.932	57.069	-	(16.863)
<b>TOTAL</b>	<b>5.467.290</b>	<b>4.061.735</b>	<b>366.176</b>	<b>(1.039.379)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.467.290</b>	<b>4.061.735</b>	<b>366.176</b>	<b>(1.039.379)</b>

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

\*\* Este valor não inclui a Provisão para custo de gestão de sinistros no montante de 210.158 euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	300	22	17	339
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	160	6.419	350	6.929
ASSISTÊNCIA	2.210.937	984.316	(119.600)	3.075.653
DIVERSOS	242.517	5.436	9.191	257.144
TOTAL	2.453.914	996.193	(110.042)	3.340.065
RESSEGURO ACEITE	28.089.457	8.965.741	1.066.960	38.122.158
TOTAL GERAL	30.543.371	9.961.934	956.918	41.462.223

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	24.109	21.118	339	2.989	(19.511)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.694	1.156	-	60	(1.729)
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.939	2.831	6.929	814	-
ASSISTÊNCIA	4.373.192	4.573.468	3.075.653	860.671	(9.473)
DIVERSOS	876.990	301.759	257.144	11.378	(32.893)
TOTAL	5.277.924	4.900.332	3.340.065	875.912	(63.606)
RESSEGURO ACEITE	47.866.354	45.741.172	38.122.158	7.508.002	-
TOTAL GERAL	53.144.278	50.641.505	41.462.223	8.383.914	(63.606)

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores



## ***Certificação Legal das Contas Individuais***

### ***Introdução***

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, SA, as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 45.080.201 euros e um total de capital próprio de 12.101.530 euros, incluindo um resultado líquido de 1.715.209 euros), a demonstração de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*

*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*

*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)*

*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 5077

01/2

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da  
EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

De acordo com as disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais - e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V. Exas., o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais, os quais compreendem o Balanço, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração de variações do capital próprio e os correspondente Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, EA), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Na prossecução das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou pormenorizadamente, durante o exercício de 2011, de forma regular, pormenorizada e no âmbito das competências que lhe foram confiadas, o funcionamento da Sociedade, tendo nomeadamente, efectuado reuniões pontuais, com membros do Conselho de Administração, sempre que se afiguraram oportunas, e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes, realizados no exercício.

Cumpre salientar o forte empenho e a disponibilidade demonstrada pelo Conselho de Administração, bem como, pela Direcção Financeira, entidades que prestaram, sem excepção, todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo Conselho Fiscal, respondendo cabalmente a todos as questões que foram surgindo.

Handwritten signatures of the Council members, including a large signature on the left and two smaller ones on the right.

O exercício de 2011 foi especialmente marcado, no seio da EA, pela conquista da liderança do mercado de assistência em Portugal, um marco inédito na história da Sociedade, e que foi resultado da qualidade do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, tendo sido ultrapassada a fasquia de 50 milhões de euros de prémios brutos emitidos.

A política de investimentos foi caracterizada, à semelhança do sucedido no ano antecedente, por um grande conservadorismo, levada que foi em conta, a grande volatilidade dos mercados financeiros, durante o período em apreço. Nesta conformidade, a exposição a acções foi baixa, privilegiando-se as posições em títulos de dívida pública, nomeadamente, a alemã.

Verificou-se, ainda, um crescimento no número médio de trabalhadores, o que revela a aposta da Empresa, no crescimento sustentado da sua actividade, e no incremento da qualidade do serviço prestado aos seus clientes.

No âmbito das nossas funções, foram efectuadas as verificações julgadas pertinentes e adequadas. Examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, Conta de ganhos e perdas, a Demonstração de rendimento integral e a Demonstração de variações do capital próprio e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2011, preparado oportunamente pelo Conselho de Administração, constatando que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e aprofunda os aspectos mais relevantes que caracterizam a actividade da empresa. Apreciamos igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas Individuais, relativa ao exercício de 2011, datada de 15 de Fevereiro de 2012, emitida sem reservas pelo Senhor Dr. Carlos Manuel Sim Sim Maia, Revisor Oficial de Contas, representante da PriceWaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

Os documentos de prestação de contas individuais, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Individuais, com cujo conteúdo concordamos, permitem uma adequada

Sim  
AP

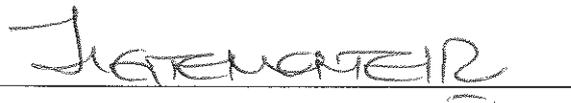
compreensão da situação financeira e dos resultados da EA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem também a nossa concordância.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

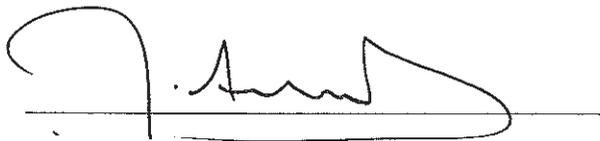
O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar, uma vez mais, o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direcção Financeira, pela colaboração que foi prestada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2012

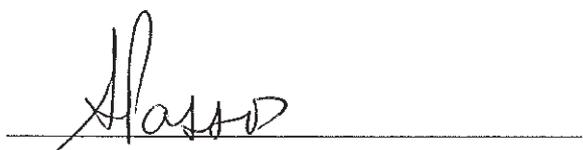
O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro - Presidente



João Alberto Monarca Pires – Vogal



Adelaide Odete Santos Botelho Passos - Vogal

